

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas

De conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da SAU Seguros e Previdência S.A., vem submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999.

Patrimônio Líquido e Capital Social

A SAU Seguros e Previdência S.A. encerrou o exercício com um patrimônio líquido de

R\$ 12,6 milhões, representando um crescimento de 9,32% em relação aos R\$ 11,5 milhões verificados em dezembro de 1998.

Resultado do Exercício

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 1,5 milhão, que corresponde a uma rentabilidade de 12,31% sobre o Patrimônio Líquido.

Transcorreu sem qualquer anormalidade, os trabalhos de adequação dos nossos sistemas eletrônicos, com vista ao correto processamento das datas posteriores ao ano

de 1999, processadores centrais e toda a rede de microcomputadores e periféricos.

Agradecimentos

Queremos externar os melhores agradecimentos aos nossos acionistas, pela confiança depositada na gestão das atividades da SAU Seguros e Previdência S.A. no exercício, encerrado em 31 de dezembro de 1999.

São Paulo, fevereiro de 2000
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

ATIVO	1999	1998	PASSIVO	1999	1998
CIRCULANTE			PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS		
DISPONÍVEL.....	90	25	Provisões de Prêmios não Ganhos.....	19	21
APLICAÇÕES			Provisões de Riscos Decorridos.....	1	1
Títulos de renda fixa – privados.....	-	29		20	22
Títulos de renda fixa – públicos.....	9.051	7.818	CIRCULANTE		
Outras aplicações.....	39	28	PROVISÕES COMPROMETIDAS		
Provisão para desvalorização.....	(10)	-	Sinistros a Liquidar.....	138	110
	9.080	7.875	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS		
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS			Comissões sobre prêmios emitidos.....	2	1
Prêmios emitidos.....	17	14	Outros débitos.....	-	59
Instituto de Resseguros do Brasil.....	5	4		2	60
Outros créditos.....	-	21	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR		
	22	39	Impostos e encargos sociais a recolher.....	4	-
TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER			Dividendos e bonificações a pagar.....	161	188
Créditos Tributários.....	4	307		165	188
	4	307	PROVISÕES PARA TRIBUTOS		
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS.....	3	4	Imposto de Renda.....	171	212
	9.199	8.250	Contribuição Social.....	141	370
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Outros.....	20	12
APLICAÇÕES				332	594
Depósitos Especiais no IRB.....	6	5		637	952
Depósitos Judiciais.....	335	335	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Outras Aplicações.....	-	23	Provisão para Tributos.....	769	665
	341	363	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PERMANENTE			Capital Social – Nacional.....	9.927	9.927
INVESTIMENTOS			Reservas de Capital.....	329	304
Participações no IRB.....	287	268	Reservas de Reavaliação.....	231	363
Outros Investimentos.....	122	74	Reservas de Lucros.....	2.176	990
	409	342		12.663	11.584
IMOBILIZADO			TOTAL.....	14.089	13.223
Imóveis.....	4.300	4.300			
Depreciação acumulada.....	(160)	(32)			
	4.140	4.268			
	4.549	4.610			
TOTAL.....	14.089	13.223			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Correção monetária do capital	Subvenções para investimentos	Reserva de reavaliação	Integridade do capital	Estatutária		
Em 1º de janeiro de 1998.....	9.927	258	46	479	-	-	(301)	10.409
Reavaliação de Imóveis.....	-	-	-	63	-	-	-	63
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	-	(50)	-	-	50	-
Redução de imposto sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	(129)	-	-	-	(129)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.590	1.590
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reservas.....	-	-	-	-	67	923	(990)	-
Dividendos (R\$ 1,30 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(349)	(349)
Em 31 de dezembro de 1998.....	9.927	258	46	363	67	923	-	11.584
Incentivos Fiscais.....	-	-	25	-	-	-	-	25
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	-	(29)	-	-	29	-
Redução de imposto sobre realização da reserva de reavaliação.....	-	-	-	(103)	-	-	-	(103)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	1.559	1.559
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reservas.....	-	-	-	-	79	1.107	(1.186)	-
Dividendos (R\$ 1,50 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	(402)	(402)
Em 31 de dezembro de 1999.....	9.927	258	71	231	146	2.030	-	12.663

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E DE 1998 (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A seguradora tem por objetivo social a exploração das operações de seguros do ramo vida e elementares em quaisquer de suas modalidades ou formas, bem como planos de previdência privada aberta nas modalidades de pecúlio e renda, como definidas em lei.

Atualmente a seguradora vem operando exclusivamente com operações de retrocessão.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

Em conformidade com a Circular nº 10/96 da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações para a contabilização das operações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP.

(b) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência e considera:

Os prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas decorrentes de retrocessões, com base nos valores informados pelo IRB Brasil Resseguros S.A., apropriados mensalmente.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos de renda fixa, públicos e privados, estão valorizados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de realização.

Os demais ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

(d) Permanente

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

. Depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens: 25 anos para imóveis.

. Reavaliação de imóveis efetuada em 29 de setembro de 1998, conforme determinação das Circulares SUSEP nº 7, de 20 de junho de 1997, e nº 17, de 5 de novembro de 1997, alterada pela Circular nº 27, de 3 de março de 1998, com base em avaliações realizadas por peritos independentes. As depreciações sobre reavaliações apresentaram um efeito no resultado do exercício de R\$ 29, o qual foi adicionado ao cálculo do dividendo mínimo obrigatório e à base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

(e) Provisões técnicas não comprometidas

As provisões de prêmios não ganhos e riscos decorridos referem-se a retrocessões e são constituídas com base nos movimentos operacionais informados pelo IRB.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

As provisões para sinistros a liquidar referem-se a retrocessões e são constituídas com base nos movimentos operacionais informados pelo IRB.

As provisões para passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social sobre o lucro foi calculada às alíquotas de 8% e 12%, conforme Instrução Normativa da Receita Federal nº 81/99.

3. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários referem-se a antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva

	1999	1998
Resultado antes dos tributos.....	2.144	2.171
Encargos de imposto de renda (25%) e contribuição social (12%; 1998 – 18%).....	793	934
Adições ao cálculo dos tributos.....	14	60
Exclusões ao cálculo dos tributos.....	-	(288)
Utilização de prejuízos fiscais.....	(161)	(101)
Outros valores.....	(61)	(24)
Imposto de renda e contribuição social do exercício (alíquota efetiva de 27%; 1998 – 27%).....	585	581

4. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Referem-se a valores depositados judicialmente relativos a impostos e contribuições objetos de contestação judicial. A seguradora mantém provisionado montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os depósitos estavam assim compostos nas datas dos balanços:

	1999	1998
Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL.....	136	136
Contribuição Social.....	199	199
	335	335

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 268.294.543 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 0,037 cada, totalmente integralizadas.

(b) Reserva para integridade do capital

Corresponde à reserva legal, que é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) Reserva estatutária

Após apropriação das demais reservas de lucros e a proposição de dividendos, a parcela remanescente do lucro líquido é transferida para reserva estatutária para futura destinação pela assembleia de acionistas.

(d) Dividendos propostos

De acordo com as disposições estatutárias, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	1999	1998
Lucro líquido do exercício.....	1.559	1.590
Absorção de prejuízos acumulados.....	-	(301)
Realização de reserva de reavaliação.....	29	50
Reserva para integridade do capital.....	(79)	(67)
Base de cálculo para os dividendos.....	1.509	1.272
Dividendos (27%, 1998 – 27%).....	402	349

6. CONTAS DE RESULTADO

- Despesas administrativas

	1999	1998
Despesas com serviços de terceiros.....	(18)	(15)
Despesas de localização.....	(128)	(159)
Despesas com tributos.....	(154)	(112)
Despesas com publicações.....	(29)	(25)
Outras.....	(13)	(14)
	(342)	(325)

- Despesas financeiras

	1999	1998
Despesas com títulos de renda variável.....	-	(13)
Despesas financeiras com operações de seguros.....	(14)	(8)
Despesas c/desvalorização de títulos de renda fixa.....	(10)	(76)
Outras.....	(107)	(85)
	(131)	(182)

- Receitas financeiras

	1999	1998
Receitas com títulos de renda fixa.....	1.952	1.691
Reversão de provisão para desvalorização de títulos de renda fixa.....	-	245
Receitas com títulos de renda variável.....	-	172
Receitas financeiras com operações de seguros.....	19	11
Outras.....	29	22
	2.000	2.141

7. ATIVOS DADOS EM GARANTIA

Os ativos dados em garantia são:

	1999	1998
Vinculados à SUSEP		
Títulos da dívida pública.....	9.051	7.818
Imóveis.....	4.140	4.268
	13.191	12.086

Em poder do IRB

	1999	1998
Depósitos.....	45	34
	13.236	12.120

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 1999, a seguradora não participava de operações envolvendo derivativos. Nessa mesma data, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos e refere-se principalmente a Notas do Tesouro Nacional – NTRs – R\$ 60; e Letras Financeiras do Tesouro – LFTs – R\$ 8.991, classificados como aplicações em títulos de renda fixa.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) A seguradora não ofereceu valores oriundos de direitos creditórios como parte da cobertura das reservas técnicas.

(b) As provisões técnicas de retrocessões, existentes em 31 de dezembro de 1998, no valor de R\$ 22 (31 de dezembro de 1997 – R\$ 18), apresentaram redução de R\$ 2 ao longo do exercício (exercício de 1998 – aumento de R\$ 4), perfazendo o saldo, em 31 de dezembro de 1999, de R\$ 20.

(c) Os sinistros a liquidar de retrocessões, existentes em 31 de dezembro de 1998, no valor de R\$ 110 (1997 – R\$ 88), foram acrescidos de R\$ 28 ao longo do exercício (exercício de 1998 – acréscimo de R\$ 22), perfazendo o saldo em 31 de dezembro de 1999, de R\$ 138.

(d) As despesas de comercialização diferidas de retrocessões, existentes em 31 de dezembro de 1998, no valor de R\$ 4 (1997 – R\$ 4), foram reduzidas em R\$ 1 ao longo do exercício (exercício de 1998 – redução de R\$ 1), perfazendo o saldo, em 31 de dezembro de 1999, de R\$ 3 (31 de dezembro de 1998 – R\$ 4).

(e) Os principais ramos de retrocessões são:

Ramos	1999			1998		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissão	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissão
Diversos ...	100	84,00	17,00	90	69,62	20,03

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

7 de fevereiro de 2000

Aos Administradores e Acionistas

SAU Seguros e Previdência S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da SAU Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da seguradora, (b) a

constatção, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAU Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 1999 e de 1998 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes

CRC 25PO0160/O-5

João César de O. Lima Júnior

Sócio

Contador CRC 1RJ077431/O-8 "S" SP 002761

DIRETORIA

DIRETORES

Presidente

José Castro Araújo Rudge

Diretores

Antonio Eduardo Márquez F. Trindade

Cesar Jorge Saad

José Carlos Aires Gonçalves Oliveira

Roberto da Cruz Gonzalez

TC - CRC RJ - 026.070 - 7 "S" SP